

## A transformação do espaço urbano em função do turismo

*Rachel Sant'Anna Murta<sup>1</sup>*

**Resumo:** Tendo como tema a relação entre o patrimônio cultural material e o processo de turistificação do espaço urbano, este artigo propõe uma discussão sobre como o patrimônio cultural material faz a intermediação, como elemento de integração, das relações física e simbólica entre comunidade local, turistas e espaço urbano. A opção por investigar os impactos do processo de turistificação do espaço urbano justifica-se pela condição de ampliação das perspectivas de observação do mesmo fenômeno. As transformações do espaço atingem a população que nele circula diariamente, desenvolvendo atividades diversas, e que guarda na memória referências anteriores que evidenciam os novos aspectos visuais e as novas possibilidades de utilização que se apresentam na esteira dos processos de requalificação de conjuntos históricos. Da mesma forma, as transformações reconfiguram o espaço apresentando-o como apropriado para novas práticas, como o turismo.

### Introdução

A necessidade de reflexão teórica e de otimização da prática do turismo exige que se busque a compreensão deste fenômeno socioeconômico e cultural sob a perspectiva de outros dois fenômenos que ocorrem simultaneamente, a globalização e a Terceira Revolução Científico-tecnológica, os quais, segundo Dias (2003), podem ser assim entendidos: a globalização remete à interdependência crescente entre os diversos processos econômicos, culturais, sociais e ambientais que ocorrem em todo o planeta e a Terceira Revolução Científico-tecnológica remete às mudanças provocadas na sociedade pelas novas descobertas no campo da microeletrônica, da biotecnologia e de novos materiais.

O turismo transformou-se numa das mais importantes faces da globalização, contribuindo para estreitar as distâncias entre as diversas partes do globo e, ao mesmo tempo, para o aumento de uma consciência global. Diferentes povos, através da atividade turística, passam a compreender o lugar que ocupam no mundo e a ligação que possuem uns com os outros. (DIAS, 2003, p. 14)

O mesmo autor complementa essa abordagem, afirmando que:

---

<sup>1</sup> Centro Universitário UMA. E-mail: smrachel@uai.com.br

O turismo ao longo do século XIX, e principalmente do XX, cresceu como fruto da Segunda Revolução Científico-tecnológica (a Revolução Industrial), e recebeu no final do século XX formidável impulso da Terceira Revolução (do conhecimento), em que a comunicação e a informação, ao lado de outros processos como o aumento da produtividade humana, provocam como efeito imediato diminuição da jornada de trabalho, e aumento do tempo livre. (DIAS, 2003, p. 14)

Para discutir o turismo, é preciso considerar sua complexidade estrutural e operacional, considerando seus efeitos positivos e negativos sobre o espaço e sobre as pessoas que ocupam e usam este espaço no qual a atividade turística se insere. De acordo com o propósito deste artigo, optou-se por analisar a relação entre turismo e espaço urbano, ou, em uma visão anterior e mais ampla, entre turismo e território. Inicialmente observa-se o que Dias (2003) afirma sobre a dimensão territorial do turismo:

O turismo é uma das atividades em que os aspectos territoriais assumem tal importância que não pode ser excluído de nenhuma análise como um fator social relevante. O turismo é um consumidor do espaço, e a referência a este é permanente, pois o turista desloca-se do espaço de sua residência para outro em que permanecerá durante algum tempo; por outro lado há o espaço onde ocorre o deslocamento de um ponto a outro. Desse modo, podemos considerar a existência de três espaços fundamentais para ocorrer o fenômeno turístico e que dependem do agente fundamental do turismo, o turista: o espaço de origem do fluxo de visitação, o espaço onde ocorre o deslocamento do fluxo de visitantes e o espaço de destino do fluxo de visitantes. (DIAS, 2003, p. 61)

Ao fazer uma distribuição espacial do turismo no território brasileiro, esse mesmo autor distingue três grandes tipos de turismo: o de litoral, o urbano e o do campo. Sobre o turismo urbano, objeto de interesse deste estudo, Dias (2003) o classifica como provavelmente o tipo mais antigo, por sua identificação com o turismo cultural (com interesse pela gastronomia, pela história, por museus e eventos de natureza variada) e destaca uma de suas vertentes contemporâneas mais significativas, o turismo de negócios. Ressalta-se ainda a independência que a modalidade de turismo urbano tem do clima e das delimitações sazonais da atividade turística em geral.

Cruz (2001) comenta que são diversas as particularidades que caracterizam a relação entre o turismo e o território no que diz respeito à produção e ao consumo de territórios pelo turismo, considerando que o principal objeto de consumo do turismo é o espaço, com seus objetos e ações, com seus fixos e seus fluxos, e conclui que: *“Nenhuma outra atividade consome, elementarmente, espaço, como faz o turismo e esse é um fator importante da diferenciação entre turismo e outras atividades produtivas. É pelo processo de consumo dos*

*espaços pelo turismo que se gestam os territórios turísticos”* (CRUZ, 2001, p.17). A mesma autora, ao discutir espacialmente a relação entre o turismo e o meio urbano, indica três situações distintas. Na primeira, a condição urbana antecede o aparecimento do turismo, ou seja, o turismo se insere em um ambiente não construído especialmente para ele. Na segunda situação, o processo de urbanização é, simultaneamente, um processo de urbanização turística do local. E, finalmente, na terceira situação, o processo de urbanização ocorre posteriormente ao aparecimento do turismo, como uma de suas conseqüências.

Cidades podem ser incorporadas, espontaneamente, ao circuito das localidades turísticas, devido à sua valorização (cultural) pela atividade, ou, então, induzir o desenvolvimento do turismo, por meio de políticas e do planejamento da atividade, caso essa incorporação espontânea não ocorra, direcionando os equipamentos urbanos já construídos e aqueles a construir, em função de uma urbanização para o turismo. (CRUZ, 2001, p.25)

Os anos 1980 testemunharam, de acordo com Law (2000), uma mudança significativa no posicionamento das cidades com relação à indústria do turismo, no sentido de estimular a sua “operação”, considerando o declínio de determinadas atividades econômicas que foram se tornando obsoletas e o conseqüente aumento do índice de desemprego, aliados à percepção do turismo como uma indústria em crescimento que pudesse trazer como um de seus resultados a regeneração física e a revitalização de áreas urbanas.

O aumento do tempo livre, o crescimento do poder aquisitivo e o acesso facilitado aos meios de transporte ampliaram quantitativa e qualitativamente as viagens a lazer e a negócios, e as cidades perceberam essas mudanças como uma perspectiva de desenvolvimento econômico na medida em que pudessem se estruturar para receber esse fluxo de turistas e, conseqüentemente, investir no turismo urbano. Assim, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, essa nova perspectiva, também a partir da década de 1980, pôde ser percebida fisicamente pela construção de novos equipamentos que atendessem à demanda do turismo, como centros de convenções, aquários, estádios cobertos, hotéis de grande porte e pela abertura de museus e salas de espetáculo e pela reabilitação de portos. (LAW, 2000) Segundo o mesmo autor, o poder que as cidades têm de atrair visitantes varia conforme os recursos turísticos (edifícios históricos, museus e coleções de arte, entretenimento etc.) que possuem e as formas de divulgação com que são trabalhados nos meios de comunicação. O turismo urbano é, então, definido por Law (2000), como um complexo de atividades que estão interligadas em um meio particular e capacitam as cidades para atrair visitantes. Não há

necessariamente um fator-chave que caracterize o turismo urbano, mas sim elementos principais que devem estar articulados para exercer atração. Também não é necessário que esses elementos sejam exclusivos de uma determinada cidade.

Entre o entendimento da motivação para o turismo, das possibilidades de desenvolvimento do turismo a partir da predisposição da administração pública, da iniciativa privada e da comunidade local, da capacidade que as cidades têm de se estruturar e se promover para atrair turistas, propõe-se, aqui, um entendimento de como o turismo se insere no contexto da transformação do espaço urbano.

### **A transformação do espaço urbano**

A organização dos elementos que compõem o espaço urbano se dá a partir do estabelecimento de relações de ordem associadas a uma hierarquia de valores. Quando se pensa o desenvolvimento do turismo como uma possibilidade para uma determinada localidade configurada como área urbana, é preciso buscar no espaço dessa localidade os meios existentes para que as propostas relativas às atividades turísticas sejam bem-sucedidas. Castrogiovanni (2000) acredita que:

O espaço deve ser visto como um fator da evolução social, portanto, produzido e reproduzido constantemente. O movimento histórico é que constrói o espaço, que é uma instância da sociedade, portanto, como instância, contém e é contido pelas demais instâncias. As cidades são partes representativas da complexidade que é o espaço geográfico. As instâncias móveis das cidades, ou seja, os fluxos, são importantes, pois são eles que dão vida aos fixos. Os turistas, papel que assumimos quando estamos em movimento no espaço, fazem parte dos fluxos. Eles não são meros observadores deste espetáculo de interações, mas parte dele. Os fluxos também interagem, formam resistências, aceleram mudanças, criam expectativas, desconstruem o aparentemente rígido cenário urbano. (CASTROGIOVANNI, 2000, p.24)

Esse autor considera que sobre a paisagem urbana projetam-se duas perspectivas: a visão global e a visão específica. A visão global abrange o conjunto regional como uma totalidade, partindo do geral para o específico, sugerindo uma leitura de conjunto em que é possível perceber a paisagem natural e a paisagem construída. A visão específica destaca os elementos marcantes e singulares da paisagem urbana, o que exige uma leitura minuciosa e atenta, e nela se incluem os indivíduos urbanos, considerados por Castrogiovanni (2000, p.28) como “*os atores que se movimentam e ajudam a construir o espaço urbano, portanto, a diferenciá-lo*”. Suas ações marcam o espaço, criando sinais e signos que são historicamente

incorporados à paisagem. Essas marcas ou marcos referenciais podem ser reconhecidos e destacados na paisagem por sua presença física ou por seu valor simbólico e contribuem para a configuração do espaço também como um recurso turístico.

Na definição da Organização Mundial do Turismo (1998) recursos turísticos são todos os bens e serviços que, por intermédio da atividade do homem e dos meios com que ele conta, tornam possível a atividade turística e satisfazem as necessidades da demanda. Ao discutir o valor dos recursos turísticos culturais, cabe considerar o valor atribuído aos bens que constituem o patrimônio cultural material de uma localidade. Para essa função, entram em cena atores distintos que representam grupos sociais também distintos, com interesses diversos. Nesse sentido, Dias (2006) afirma que:

Um único bem pode dar margem, portanto, a várias leituras, que diferirão do conteúdo simbólico assumido pelo grupo social que o adota como patrimônio. Assim, um monumento poderá ser valorizado como um local de culto por uns, como um monumento de valor histórico e de qualidades estéticas por outros, enquanto os turistas poderão vê-lo como um símbolo que identifica determinado território (seja uma localidade, seja um país). (DIAS, 2006, p.83)

O mesmo autor comenta que essa multiplicidade de abordagens não se dá de forma excludente, mas complementar, ou seja, o mesmo bem assume valores simbólicos múltiplos que devem ser considerados pelas políticas culturais que devem ser pensadas e aplicadas de acordo com novas demandas sociais “*que incluem a participação e possibilitam conciliar os interesses gerais e nacionais da conservação do patrimônio cultural com as novas formas de concebê-lo em termos regionais, locais e de acordo com os diferentes grupos sociais que coexistem em um determinado território*” (DIAS, 2006, p. 83)

Cabe aqui discutir tanto o processo de ressignificação dos espaços, que acontece destacadamente na dimensão física, por permitir a visualização das transformações, quanto o processo de ressignificação do patrimônio, que se configura no plano simbólico, no plano da interpretação e da atribuição de valor, sendo próprio de cada tempo, de cada contexto, de cada grupo da sociedade. Inicialmente tem-se que, na dimensão física, o processo de transformação das cidades, principalmente as metrópoles, pela relevância dos impactos sobre a sua população e também sobre as outras cidades em seu entorno, vem despertando o interesse de estudiosos que percebem na complexidade do fenômeno de transformação um campo fértil de análise.

Nos tempos atuais, uma sucessão de tendências socioeconômicas, políticas e culturais flexibilizam a caracterização das cidades, considerando, por exemplo, que atividades econômicas se desenvolvem em alguns locais e declinam em outros, podendo ou não ser resgatadas em uma etapa posterior. As tendências influenciam não somente a própria cidade, como também a sua relação com outras, tanto próximas quanto distantes. Law (2000) considera dois principais fatores de influência para analisar a transformação do espaço urbano nas metrópoles: a ampliação da base econômica urbana e a consolidação de sua condição como centro/pólo regional de serviços. Este último fator diz respeito à referência que as grandes cidades passam a constituir para os municípios em seu entorno, no sentido de concentrarem uma rede completa de serviços, muitos dos quais não estão disponíveis em qualquer localidade. Além disso, o mesmo autor considera que a evolução nos processos e nos meios de comunicação também afetou o crescimento das cidades a partir do momento em que capacitou as cidades para competirem umas com as outras pela facilidade de divulgar suas qualidades, seu potencial, ampliando sua área de influência.

As influências sobre o espaço da cidade variam com o tempo e as administrações públicas, representadas por seus órgãos competentes e, na melhor das hipóteses, com o respaldo da população local, vêm atuando no sentido de adaptar fisicamente o meio urbano às novas demandas de seu uso e funcionamento. Essas adaptações interferem no dia-a-dia dos moradores, na medida em que modificam o trânsito em áreas específicas, geram barulho e poeira, suspendem temporariamente atividades e comprometem a imagem urbana circunstancial ou definitivamente. Não com a mesma intensidade nem da mesma maneira, atingem também os turistas, que, se mal informados, podem avaliar negativamente a cidade pela imagem que diante deles se apresenta. Em contrapartida, os resultados das adaptações podem trazer benefícios facilitando o dia-a-dia da cidade que foi temporariamente afetado e apresentando novas possibilidades de uso dos espaços transformados tanto para a população quanto para os turistas, se for o caso.

O processo de transformação ligado ao turismo remete à idéia de criar na cidade espaços para serem “consumidos” como produtos turísticos e são diversas as conseqüências que daí decorrem. Sobre isso, recorre-se ao pensamento de Luchiarri (2001):

Se a conclusão mais fácil nos leva à constatação de que o processo de produção de lugares para o consumo acaba por consumir e degradar os próprios lugares, numa outra perspectiva podemos considerar que essas novas paisagens da urbanização turística representam também as formas contemporâneas de espacialização social,

por meio das quais estamos construindo novas formas de sociabilidade, mais híbridas e mais flexíveis. (LUCHIARI, 2001, p.108)

Nesse movimento de produção e reprodução de lugares turísticos, a mudança física contempla referências espaço-temporais que, se por um lado buscam no passado, na história cultural do lugar, o motor da atratividade pretendida, podem, por outro lado, projetar para o futuro, a partir de sua forma e função, um novo papel na atividade turística para uma cidade inteira ou uma área específica dentro do espaço urbano.

O espaço transformado é, então, ressignificado, ou seja, passa a integrar a paisagem urbana de uma nova maneira, com outra forma – seja um imóvel restaurado ou um novo espaço construído – e, talvez, outra função. Na dimensão física, percebe-se um novo elemento que marca presença visualmente, que é percebido, que pode ser compreendido e registrado na memória de quem passa diante dele. No contexto da transformação física, os elementos transformados, caso constituam bens patrimoniais, são passíveis de outro processo de ressignificação. Para construir a discussão sobre a ressignificação do patrimônio material, uma análise que remete à dimensão simbólica dos bens e dos valores a eles atribuídos, parte-se da complexidade da cidade - cenário vivo no qual se inserem - que, segundo Corrêa (2003):

pode ser analisada segundo diferentes dimensões que se interpenetram. A dimensão cultural é uma delas e por seu intermédio amplia-se a compreensão da sociedade em termos de suas relações sociais, econômicas e políticas, assim como tornam-se inteligíveis as espacialidades e temporalidades que estão associadas a essas dimensões. (CORRÊA, 2003, p.157)

O território da cidade assume características também complexas e apresenta-se fragmentado com relação a seu uso, a sua função, a seus fluxos, a seus habitantes e visitantes. Estes, referenciados em seus locais de origem, constroem novos significados no contato com o local visitado, buscando o “novo” que a experiência turística pretende e pode proporcionar. Sobre essa relação simbólica dos turistas com o local visitado, sobrepondo-se e não necessariamente integrando-se no cotidiano da população, Pereira (2006) comenta que:

O cotidiano, recriado por diretrizes racionais que não reconhecem os contornos imateriais dos diversos territórios que configuram o lugar e a cultura, deixa de ser o sustentáculo efetivo do turismo cultural. Assim novos significantes turísticos se colocam como possibilidade que não encontram expressão imediata na (i)materialidade em constante transformação, reacendendo desejos e recriando necessidades.

A recriação do cotidiano por essas diretrizes racionais, que se aplicam como uma espécie de máscara sobre as condições reais de conformação do território e de estabelecimento de relações sociais e práticas culturais próprias de cada localidade, produz questionamentos com relação à percepção do espaço e à identidade cultural. Esses questionamentos decorrem da idéia de que a fragmentação que caracteriza as sociedades acaba sendo forçadamente unificada por avaliações superficiais que desconsideram as mudanças evolucionárias a partir delas mesmas, o que Hall (2001) menciona ao escrever sobre a condição de “descentramento” das sociedades pós-modernas. Estas sociedades, sob o ponto de vista desse autor, são caracterizadas pela diferença e *“atravessadas por diferentes visões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes ‘posições de sujeito’ – isto é, identidades – para os indivíduos”* (HALL, 2001, p.17). Tais identidades e as relações que são possíveis a partir de seu reconhecimento se projetam sobre o território da cidade e passam a ser analisadas, questionadas, assumidas e expressadas na construção da dimensão sociocultural de cada comunidade que habita o espaço urbano.

### **A Turistificação**

A relação entre o turismo e o espaço urbano gera um processo denominado turistificação que, de forma simplificada, pode ser entendido como o processo de transformação de uma área específica da cidade em função do turismo, seja para o turismo ou pelo turismo. A transformação para o turismo é intencional, busca gerar novos fluxos e tem forte conotação econômica. A transformação pelo turismo é gradativa, é reflexo da “descoberta” de qualidades específicas, atraentes, mas não necessariamente organizadas para atrair. A organização pode ser um processo decorrente.

O planejamento turístico dá início ao processo de turistificação, que ocorre quando um espaço é apropriado pelo turismo, fazendo com que haja um direcionamento das atividades para o atendimento dos que vêm de fora, alterando a configuração em função de interesses mercadológicos. (ISSA; DENCKER, 2006)

Spinola (2006) caracteriza o processo de turistificação como generalização espacial do turismo, atribuindo a ele reflexos materiais e simbólicos, e o associando à tendência de crescimento e expansão da atividade turística em termos globais. Cruz (2001) recorre a Knafou<sup>1</sup>, que indica três fatores nos quais se dá a seletividade espacial no turismo, denominados de “fontes de turistificação de lugares e territórios”: os turistas, o mercado e os planejadores e promotores territoriais, e comenta que estas três fontes valorizam os territórios



de acordo com diferentes contextos culturais, considerando que a cultura é mutável no tempo e no espaço. Assim, a mesma autora registra que *“os territórios eleitos pelo turismo na atualidade não são, em todos os casos, os mesmos de ontem, e não, necessariamente, serão os mesmos de amanhã”* (CRUZ, 2001, p.18). Na citada classificação de Knafou<sup>2</sup>, os territórios são inventados e produzidos pelos turistas, pois sua presença é que define a existência de um lugar turístico; são concebidos pelo mercado a partir da colocação de produtos turísticos; são decorrentes da competitividade espacial entre lugares, uma característica da atualidade que exige a intervenção do planejamento territorial na configuração de lugares turísticos.

A transformação do espaço em produto turístico requer uma crescente racionalidade devido à competitividade entre produtos turísticos, que se dá, hoje, em escala global. Essa racionalidade e competitividade, que afetam a organização de todos os setores produtivos, como forma de adequação e sobrevivência a um mercado globalizado, fazem do planejamento territorial uma condição do sucesso de planos e políticas setoriais. (CRUZ, 2001, p.22)

Quando os promotores territoriais do turismo interpretam erroneamente o mercado e as práticas dos turistas, podem surgir lugares turísticos fantasmas, no sentido de que os cenários adaptados ou construídos não são apropriados devidamente nem pelo público-alvo nem pela população residente da localidade em questão. Esse risco pode ser evitado pela observação cuidadosa do confronto entre duas territorialidades distintas, *“a territorialidade sedentária dos que aí vivem freqüentemente, e a territorialidade nômade dos que só passam, mas que não têm menos necessidade de se apropriar, mesmo fugidamente, dos territórios que freqüentam”* (KNAFOU apud CRUZ, 2001, p.22). Desse confronto podem decorrer a segregação espacial de turistas e moradores e a elevação de preços de produtos, serviços e bens imóveis, o que pode prejudicar a população residente enquanto beneficia os empreendedores turísticos.

Um exemplo de processo de turistificação com reflexos questionáveis é a “Operação Pelourinho”, um ambicioso projeto de recuperação de um dos conjuntos arquitetônicos mais expressivos do período colonial brasileiro, situado no centro histórico de Salvador, capital do Estado da Bahia. O projeto foi considerado como experiência precursora das práticas de gentrificação no País, segundo Leite (2004), a partir de uma reforma realizada após a abertura de uma licitação para que empresas privadas realizassem as obras em curto prazo, o que mereceu críticas sobre vários aspectos, como ter sido realizada sem o devido aval das instâncias municipais e federais de preservação.

A condição de experiência precursora das práticas de gentrificação se aplica pela ausência de uma política que levasse em conta os usuários que residiam no local e que, em função da restrição ao uso habitacional, se viram expulsos do Pelourinho. Além disso, a reconfiguração do espaço voltada para o uso comercial gerou um *shopping center* a céu aberto e o patrimônio representado pelas edificações foi tratado “*como mera mercadoria cultural e não como um bem simbólico para a população*” (LEITE, 2004, p.73). Essa transformação de bem simbólico em mercadoria cultural implica formas de interação que têm como base o consumo, pressupondo práticas de preservação determinadas por necessidades de mercado e expectativas de retorno financeiro para os investimentos privados. São assim negligenciados os significados históricos e arquitetônicos dos bens e proliferam serviços e produtos destinados ao consumo.

As intervenções do Estado no Pelourinho impactaram significativamente a transformação da apropriação e do consumo do espaço urbano, com a conversão da maioria dos imóveis para uso comercial e com a relocação da população moradora que, considerando a sua condição socioeconômica, preferiu a compensação financeira à reocupação dos imóveis restaurados. “*Devido à relocação, a população residente do Centro Histórico e arredores mostrou uma grande redução entre os anos de 1980 e 2000, sendo que ela foi mais drástica na área central*” (NOBRE, 2003, p.9).

Pelegri (2006) considera que as ações adotadas no Pelourinho deveriam ter como base metodologias “*adequadas à recuperação do patrimônio arquitetônico e/ou urbano em vias de degradação, a partir de técnicas de revalorização econômica, social e estética, devolvendo ao conjunto condições duradouras e adequadas de conforto*”, comentando que o que ocorreu foi a expulsão da população residente e uma “restauração” aparente do espaço arquitetônico.

Para o filósofo francês Henri-Pierre Jeudy<sup>3</sup> o processo adotado em praticamente todas as grandes cidades para a revitalização dos centros históricos tem promovido o esvaziamento e a morte dessas regiões e resultado em cidades mais homogêneas e menos interessantes, o que segue direção contrária às estratégias de marketing para atrair turistas e à tentativa da população em manter sua identidade cultural. Vale questionar se as idéias de preservação, conservação, tombamento e revitalização que vêm sendo praticadas pelas várias instâncias do poder público priorizam a dinâmica natural das cidades e a ação, também natural, de apropriação do espaço urbano pelas comunidades locais. A idéia de petrificação de áreas da

cidade discutida por Jeudy sugere que a delimitação de centros históricos parece ser balizada pela (re)construção de cenários, numa tentativa de congelar o tempo nas edificações tombadas, as quais, se “revitalizadas” darão lugar a atividades rigorosamente definidas e controladas pelo poder público e pela iniciativa privada, com vistas a incrementar a atividade turística.

Os projetos contemporâneos de “revitalização”, na opinião de Leite (2004), recolocaram os velhos centros históricos nas discussões das políticas públicas, transformando-se em esforço das gestões municipais na recuperação das políticas econômicas locais, por meio da revalorização de suas tradicionais localidades. O patrimônio histórico, ao ser transformado em mercadoria cultural, parece adequar-se à lógica de mercado, recorrendo a parcerias com a iniciativa privada que acredita fazer um bom negócio ao investir na área.

O resultado mais visível desses empreendimentos [...] é a restauração de prédios e casarios e a transformação de lugares – antes em avançado estado de abandono pelos poderes públicos – em sofisticadas áreas de entretenimento e consumo para pessoas de razoável poder aquisitivo. Numa clivagem quase privada do espaço urbano (enquanto área pública), esses projetos de “revitalização” parecem segmentar certas áreas centrais das cidades históricas, reeditando, no plano cultural, as exclusões sociais que se têm agudizado em outros campos da vida social, em decorrência do esvaziamento das políticas sociais. (LEITE, 2004, p.74-75)

Os espaços em turistificação representam uma interferência na linha histórica descrita pelas áreas de intervenção, criando ambientes que são comercialmente propícios para a prática do turismo, mas nem sempre coerentes com o contexto em que se inserem.

### **Considerações finais**

Os vários atores sociais que participam da discussão, do entendimento e do uso coletivo dos espaços de uma cidade podem perceber e interpretar o processo de turistificação de forma diferenciada. Para alguns, a compreensão da transformação física do espaço pode indicar a consolidação do processo. Para outros, uma percepção influenciada pelo uso turístico de um determinado espaço pode levar à confusão sobre o desencadeamento ou não do processo de turistificação, independentemente da inserção de novos elementos ou da transformação de edificações e/ou equipamentos preexistentes para novos usos.

Existe, nessas possibilidades não necessariamente dicotômicas, uma divergência de caráter temporal, em uma percepção de momentos distintos: o antes e o depois. Na turistificação, o processo de transformação do espaço urbano em função do turismo, seja para ou por ele, realiza-se antes que se configure efetivamente o uso turístico de determinado

lugar, remetendo primeiramente ao físico, ao estrutural. A percepção, ou mesmo o reconhecimento, do uso turístico acontece em um segundo momento, quando se completa – mesmo que temporariamente – o processo de transformação de um determinado espaço que passa a acolher, de preferência adequadamente, um novo fluxo decorrente da atividade turística.

<sup>1</sup> KNAFOU, Rémik. Turismo e Território. Por uma abordagem científica do turismo. In: Rodrigues, Adyr A. B. (org.) **Turismo e Geografia** – reflexões teóricas e enfoque regionais. São Paulo: Hucitec, 1996, p.62-74.

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. *Revitalização petrifica cidades, diz filósofo*. Folha de São Paulo. São Paulo, Caderno C, p.3, 06 jun. 2005.

## Referências

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org.). *Turismo Urbano*. São Paulo: Contexto, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. Cultura e Cidade: uma breve introdução ao tema. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges.(orgs.) *Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 157-159

CRUZ, Rita de Cássia. *Política de Turismo e Território*. São Paulo: Contexto, 2001.

DIAS, Reinaldo. *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. *Turismo e patrimônio cultural*. Recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 5.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

ISSA, Yara Silvia Marques de Melo; DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Processos de Turistificação: Dinâmicas de inclusão e exclusão de comunidades locais. In: *IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL*, 2006, Caxias do Sul, RS. Trabalho apresentado ao GT “Epistemologia e Pesquisa” do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006. Disponível em: <[http://www.ucs.br/.../posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/seminario\\_4/arquivos\\_4\\_seminario/GT14-12.pdf](http://www.ucs.br/.../posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/seminario_4/arquivos_4_seminario/GT14-12.pdf)> Acesso em: 02 set. 2007.

LAW, Christopher M. *Urban Tourism: Attracting Visitors do Large Cities*. London (UK): Biddles Ltd., 2000.

---

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Aracaju, SE: Editora UFS, 2004

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização Turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (orgs.). *Olhares contemporâneos sobre o Turismo*. Campinas, SP: Papyrus, 2000. p.105-130.

NOBRE, Eduardo A. C. Intervenções urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana do Pelourinho. *X Encontro Nacional da ANPUR*. Belo Horizonte: 2003. Disponível em:

< [http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/e\\_nobre/intervencoes\\_urbanas\\_Salvador.pdf](http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/e_nobre/intervencoes_urbanas_Salvador.pdf)>  
Acesso em: 07 set. de 2007.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO (OMT). *Introducción al Turismo*. Madrid: Egraf, 1998

PELEGRINI, Sandra C. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 26, n. 51, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 08 set. 2007.

PEREIRA, Valnei. *Planejamento urbano e turismo cultural em Belo Horizonte, Brasil: espetacularização da cultura e a produção social das imagens urbanas*. Disponível em: < [http://www.naya.org.ar/turismo/congreso2003/ponencias/Valnei\\_Pereira.htm](http://www.naya.org.ar/turismo/congreso2003/ponencias/Valnei_Pereira.htm)> Acesso em: 13 set. 2006.

SPINOLA, Carolina de Andrade. *O turismo pós-moderno: um contexto paradoxal*. Disponível em: < [http://www.fja.edu.br/documentos/artigo\\_tr\\_04.pdf](http://www.fja.edu.br/documentos/artigo_tr_04.pdf)>. Acesso em: 07 dez. 2006.